

Anexo do Edital

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 08385.010735/2021-19**

**Contratação dos serviços de telefonia fixa comutada – STFC Local, LDN e LDI com Acessos Digitais padrão E1 e serviços de discagem direta a ramal nas localidades da SR/PR**

**Curitiba, janeiro de 2023.**

### Histórico de Revisões

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
18/08/22	1.0	Finalização da primeira versão do documento.	Luciano Castilho Assumpção
29/08/22	2.0	Atendimento ao Despacho UCI/SR/PF/PR 24638644 sobre 10.1 e 12.3	Luciano Castilho Assumpção
24/10/22	3.0	Atendimento as Recomendações AGU, item 118,119 e 141.	Luciano Castilho Assumpção
07/11/22	4.0	Atendimento as Recomendações 05(c), 05(f), 05(h) e 6(i) do Despacho UCI/SR/PF/PR	Luciano Castilho Assumpção
28/11/22	5.0	Atendimento a Pedidos de Esclarecimentos e Suspensão do Pregão	Luciano Castilho Assumpção
25/01/23	6.0	Alterações decorrentes de alteração na pesquisa de preços e de pedidos de esclarecimentos	Luciano Castilho Assumpção
09/02/23	7.0	Alterações decorrentes de das recomendações observações dos itens 02(c) e 3 do Despacho UCI/SR/PF/PR	Luciano Castilho Assumpção

## Sumário

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	5
2.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO DE TIC .....	5
2.1.Bens e serviços que compõem a solução .....	5
3.JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO.....	6
3.1.Contextualização e Justificativa da Contratação.....	6
3.2.Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais .....	6
3.3.Estimativa da demanda .....	7
3.4.Parcelamento da Solução de TIC .....	8
3.5.Resultados e Benefícios a Serem Alcançados.....	8
4.ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	8
4.1.Requisitos de Negócio .....	8
4.2.Requisitos de Capacitação .....	9
4.3.Requisitos Legais .....	9
4.4.Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico .....	9
4.5.Requisitos Temporais .....	9
4.6.Requisitos de Segurança e Privacidade.....	9
4.7.Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais.....	10
4.8.Requisitos de Arquitetura Tecnológica .....	10
4.9.Requisitos de Projeto e de Implementação .....	11
4.10.Requisitos de Implantação .....	11
4.11.Requisitos de Garantia e Manutenção.....	11
4.12.Requisitos de Experiência Profissional.....	11
4.13.Requisitos de Formação da Equipe.....	11
4.14.Requisitos de Metodologia de Trabalho.....	11
4.15.Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade .....	11
5.RESPONSABILIDADES .....	11
5.1.Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE.....	11
5.2.Deveres e responsabilidades da CONTRATADA.....	13
6.MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	15
6.1.Rotinas de Execução .....	15
6.2.Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle.....	16
6.3.Mecanismos formais de comunicação .....	16
6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança.....	16
7.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	16
7.1.Critérios de Aceitação .....	16

7.2.Procedimentos de Teste e Inspeção .....	17
7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.....	18
7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para glosa no pagamento.....	19
7.5. Do Pagamento .....	22
8.ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO .....	24
9.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO .....	25
10.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO .....	26
11.DO REAJUSTE DE PREÇOS .....	26
12.DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....	26
12.1.Regime, Tipo e Modalidade da Licitação .....	26
12.2.Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência.....	27
12.3.Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação.....	27
12.4 Critérios de Aceitabilidade de Preços .....	27
13.DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO .....	28

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019.**

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação dos serviços de telefonia fixa comutada – STFC Local, LDN, LDI e, com Acessos Digitais padrão E1 e serviços de discagem direta a ramal nas localidades da SR/PR, e as delegacias descentralizadas de Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá e Londrina.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

### **2.1. Bens e serviços que compõem a solução**

2.1.1. Contratação de serviços fixos de telefonia comutada, para realização de ligações telefônicas locais, nacionais e internacionais com destinos a terminais fixos e móveis, para a continuidade ao atendimento das atividades policiais desenvolvidas pela Polícia Federal nos endereços detalhados abaixo:

ITEM	SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL
1	Fornecimento de assinatura mensal de acesso digital E1(30 canais), para entroncamento digital Padrão BNC, para Serviço Telefônico Fixo Comutado	27731	ASSINATURA	6
2	Fornecimento de assinatura mensal de faixas DDR	26093	ASSINATURA	6
3	Valor tarifário do minuto para chamadas locais, originadas (fixo-fixo)	26115	MINUTO	15.000
4	Valor tarifário do minuto para chamadas locais, originadas (fixo-móvel)	26123	MINUTO	6.500
5	Valor tarifário do minuto para chamadas originadas em Longa Distância Nacional para telefones fixos	26131	MINUTO	11.000
6	Valor tarifário do minuto para chamadas originadas em Longa Distância Nacional para telefones móveis	26140	MINUTO	1.700

7	Valor tarifário do minuto para chamadas originadas em Longa Distância Internacional para telefones fixos e móveis	27839	MINUTO	1
---	---	-------	--------	---

2.2. Os serviços deverão ser prestados e distribuídos nos endereços abaixo, :

ACESSO E1	LOCALIDADE	RECURSO DDR	ENDEREÇO
01	SR/PR	400	Rua Prof. Sandália Monzon, 210 - Bairro Santa Cândida - Curitiba/PR - Cep 82640-040
01	DPF/LDA	100	Rua Tietê, 1450, Bairro Vila Nova - Londrina/PR - Cep: 86025-230
01	DPF/MGA	100	AV. José Alves Nendo, 1309 - Bairro Aclimação – Maringá/PR - Cep 87055-000
01	DPF/GPB	50	Rua Prof. Becker, 1950 - Bairro Lagoa das Lágrimas - Guarapuava/PR - Cep 85010-170
01	DPF/PGZ	50	Rua Carlos Osternack, 316 - Vila Estrela – Ponta Grossa/PR - Cep 84040-120
01	DPF/PNG	50	Rua Manoel Bonifácio, 309 - Centro Histórico – Paranaguá/PR - Cep 83203-150

### 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

#### 3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

- 3.1.1. Os serviços de telefonia fixa são necessários ao desenvolvimento das investigações policiais e de todos os demais serviços prestados pelo órgão, sendo de extrema importância a sua manutenção e disponibilidade em todas as suas unidades.
- 3.1.2. As unidades de Polícia Federal operam 24h por dia, 7 dias por semana, sempre acompanhando os alvos das investigações por meio de vários sistemas de informação específicos para esta finalidade. Estes sistemas, para que possam funcionar minimamente, dependem de infraestrutura de comunicação confiável a acesso a planta de telefonia pública.
- 3.1.3. Portanto, é imprescindível a contratação de serviços Fixos de Telefonia Comutada nas Unidades da Polícia Federal.

#### 3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

NECESSIDADE	NECESSIDADE DE TIC	VINCULAÇÃO AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		VINCULAÇÃO AO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	
		ID AÇÃO	AÇÃO DE TIC	ID OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
<b>N131</b> <b>N131</b>	Redução dos Custos e Melhoria dos Serviços de Telefonia Redução dos Custos e	<b>A183</b>	Realizar contratações para provimento de telefonia IP e para suporte técnico ao serviço	09	Garantir continuidade e disponibilidade de serviços de TIC.

(UASG - 200364) - ITEM	Descrição
647	Prestação de serviços de Telefonia Fixa Comutada - STFC, acesso digital E1 (30 canais), assinaturas, acesso local, LDI, LDN, à Internet, para atender Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Guarapuava, Maringá

### 3.3. Estimativa da demanda

- 3.3.1. A demanda foi verificada a partir de estimativas de utilização dos serviços. Considerando as informações SEI 20800958; do NT/SR/PF/PR; 20910630 do SIP /SR/PR/PR, SEI 21040058 do GISE/LDA;
- 3.3.2. Considerando o que o projeto VOIP Nacional 08385.004782/2021-23 considera o Gise Curitiba, anteriormente atendida por na faixa de 50 DDRs e 1E1 , passa a fazer parte da faixa da SR/PF/PR; com o mesmo acesso; resume-se que dos 2200 DDRs, e 15 Acessos Digitais padrão E1 contratados anteriormente , restam 750 DDRs e 06 Acessos Digitais E1.
- 3.3.3. Para fins de estimativa de perfis de tráfego telefônico, em minutos, foram consideradas amostras de um período de 06 (seis) meses, entre os meses de abril e setembro, de modo a retirar da análise períodos de férias, e festas de fim de ano, que podem prejudicar a análise do tráfego telefônico, durante o ano de 2019 ( último ano antes das restrições impostas pela COVID-19); conforme faturas e tabelas do documento 24426828 deste processo.
- 3.3.4. As médias em minutos de conversação foram ainda acrescidas de estimado de 30 pontos percentuais advindos do atendimento do projeto VOIP Nacional 08385.004782/2021-23 em instalação nesta UG e em outras unidades da Polícia Federal.
- 3.3.5. Não há histórico de perfil chamadas em longa distância internacional, no período amostrado. Para efeitos de estas, foram consideradas estimativas mínimas.
- 3.3.6. Assim, como nesta parcela de tráfego telefônico não há ainda histórico, a equipe de planejamento optou por ser mais vantajosa para a administração pública, que os

minutos descritos nos perfis de tráfego sejam se configurem em mera expectativa de consumo, não sendo utilizadas como e preço vinculados à quantidade mensal de minutos, valor de tarifa, franquia e desconto, de modo que deverão ser tarifados apenas os minutos efetivamente utilizados de contratação.

### **3.4. Parcelamento da Solução de TIC**

- 3.4.1 Verificou-se a partir do levantamento realizado tecnicamente inviável o parcelamento, visto é indivisível, uma vez que a fornecedora dos acessos/assinaturas E1 também será a responsável pelo fornecimento dos recursos DDRs associados a este acesso, bem como pelo tráfego das chamadas telefônicas em minutos por meio que dos recursos DDR e assinatura do acesso digital E1 que disponibilizará.

### **3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados**

- 3.5.1 Garantir o acesso aos serviços fixos de comunicação telefônica local, em longa distância nacional e internacional provenientes e com destino a terminais fixos e celulares nas descentralizadas nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina e Maringá; em Postos e Sede da Superintendência Regional.
- 3.5.2 Permitir o uso de comunicação telefônica para atendimento à população e realização dos demais bons trabalhos vinculados à Polícia Federal em regime 24h por dia, 7 dias por semana. Estes sistemas, para que possam funcionar minimamente, dependem de infraestrutura de comunicação confiável.
- 3.5.3 Garantir a estabilidade e segurança da conexão.

## **4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Requisitos de Negócio**

- 4.1.1. Contratação de serviços fixos de telefonia comutada, para realização de ligações telefônicas locais, nacionais e internacionais com destinos a terminais fixos e móveis, para a continuidade ao atendimento das atividades policiais desenvolvidas pela Polícia Federal na sede da Superintendência Regional do Paraná e unidades descentralizadas vinculadas a esta unidade gestora.
- 4.1.2. A polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito." Dessa forma, tendo em vista a atividade fim desta Instituição, o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) necessita prover a infraestrutura necessária para o desempenho das atividades em prol do interesse público.
- 4.1.3. O objeto do presente estudo é a contratação de serviço de telefonia fixa constante no Plano Diretor de Tecnologia da Informação onde é elencada as suas relações com o suporte ao serviço nacional de telefonia VOIP.
- 4.1.4. Disponibilidade dos serviços 24/7, tendo em vista que esses setores estão sempre em funcionamento, que por muitas vezes prestam apoio logístico aos policiais que estão nas ruas participando de levantamentos de informações de inteligência, campanhas e operações policiais em curso, é fundamental para a segurança dos envolvidos e para o bom andamento dos trabalhos manter todos os sistemas de apoio em perfeitas condições de uso.
- 4.1.5. Por todo o exposto, verifica-se a necessidade de realizar o respectivo procedimento licitatório, para contratação dos serviços em questão para a vigência de 12 (DOZE) meses, garantindo às unidades envolvidas a prestação de serviços de qualidade, aliada ao critério de seleção da contratação que gere menor dispêndio orçamentário.

## **4.2. Requisitos de Capacitação**

4.1.6. Não se aplica

## **4.3. Requisitos Legais**

4.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei 10.520/02, (Lei do Pregão), Decreto 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), IN. 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC) e legislação específica aplicada.

4.3.2. Os serviços contratados deverão estar de acordo com os normativos da ANATEL.

## **4.4. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico**

4.4.1 A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato pela central de suporte, em caso de falhas nos serviços, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da Contratada.

4.4.2 Conforme padrão usual do mercado do objeto da contratação, as falhas observadas, deverão ser corrigidas de acordo com a matriz de criticidade, conforme detalhada no item 7.3 - Níveis Mínimos de Serviços Exigidos.

## **4.5. Requisitos Temporais**

4.5.1. A Contratada deverá garantir a disponibilização dos serviços 24 horas por dia, todos os dias do ano, incluindo finais de semana e feriados.

4.5.2. Trata-se de serviço de natureza contínua, sendo que cada mês de execução corresponde a uma parcela de execução do serviço.

4.5.3. A Ordem de Serviço para instalação e disponibilização dos serviços será emitida em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

4.5.4. A instalação e disponibilização dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da emissão da Ordem de Serviço.

4.5.4.1. O prazo de instalação, poderá ser prorrogado, por igual ou inferior período, desde que solicitado pela Contratada de forma justificada e aprovado pela Contratante.

4.5.4.2. O mesmo prazo se aplica no caso de eventuais mudanças de endereços onde a contratante venha a estar instalada, caso em que será emitida a Ordem de Serviço respectiva.

4.5.5. Alterações de características técnicas ou infraestruturas, que impliquem em reconfigurações por parte da contratada, deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias corridos, a partir da solicitação da contratante mediante a emissão de Ordem de Serviço.

## **4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.6.1 A contratada deverá firmar Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão, a ser assinado pelo representante legal da contratada;

4.6.2 A Contratada deverá providenciar a assinatura do Termo de Ciência e de Sigilo, pelos funcionários que tiverem acesso as dependências e aos sistemas da Polícia Federal, em conformidade com o previsto no artigo 18, inciso V, alínea b, da Instrução Normativa Nº 1 de 4 de abril de 2019.

- 4.6.3 Os funcionários da Empresa Contratada devem usar identificação funcional de forma permanente, sempre que estiverem dentro das dependências da Polícia Federal.
- 4.6.4 A contratada deverá retirar das dependências da Polícia Federal os funcionários da Contratada que estiverem agindo de forma inadequada.

#### **4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 4.7.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.
- 4.7.2. Quando da instalação e execução dos serviços, a Contratada deverá adotar boas práticas e educação ambiental de seus funcionários em prol da redução de energia, água, embalagens e outros quando da instalação para a execução dos serviços;
- 4.7.3. A Contratada deverá orientar seus funcionários sobre a responsável destinação ambiental de eventuais resíduos eletroeletrônicos, de embalagens, invólucros e demais materiais de consumo inservíveis recicláveis, resultantes da execução contratual;
- 4.7.4. A Contratante poderá exigir da contratada, a qualquer tempo – no prazo de até 01 (um) ano da data da última execução dos serviços, a apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de orientação ambiental de seus funcionários, reciclagem (reaproveitamento) e/ou destruição dos produtos eventualmente recolhidos, e demais mecanismos socioambientais previstos.

#### **4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

- 4.8.1. Fornecimento de 06 (seis) acessos digitais estruturados, padrão E1 para recebimento de chamadas telefônicas e realização de ligações telefônicas locais e interurbanas, para telefones fixos e móveis, sendo que cada um deverá ser instalado no endereço mencionado na tabela detalhada no item 2.2 deste Termo de Referência, associado ao número de recursos DDR correspondentes para atendimento em cada um dos endereços das unidades da Superintendência Regional de Polícia Federal.
- 4.8.2. Entrega dos serviços de telefonia fixa com acesso digital E1 em pleno funcionamento em equivalência com a necessidade do órgão, com portabilidade numérica, e garantindo todos os serviços adquiridos no contrato, e com saídas suficientes para evitar chamadas perdidas, proporcionando qualidade no serviço telefônico.
- 4.8.3. Serão de responsabilidade da Contratada todos os equipamentos necessários à utilização dos acessos E1 e serviços DDR tais como roteadores, switch, bridge, modem, adaptadores ou outros conforme a tecnologia adotada pela Contratada
- 4.8.4. A Contratada deverá fornecer e conectar os troncos Digitais junto Padrão R2D ao gateway VOIP das unidades da Polícia Federal com entradas padrão BNC;
- 4.8.5. O Acesso Digital poderá ser realizado por qualquer tecnologia ou meio, desde que tenha por fim, o fornecimento do serviço nas características apontadas.
- 4.8.6. O fornecimento de modems, conversores, deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.8.7. A estimativa de tráfego não se constitui em qualquer compromisso de consumo para a Contratante.

## **4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1 Não se aplica.

## **4.10. Requisitos de Implantação**

4.10.1. A implantação dos serviços deverá ocorrer mediante o agendamento prévio junto às localidades constantes da tabela de endereços deste Termo de Referência.

4.10.2. A implantação deverá observar a necessidade de portabilidade numérica.

4.10.3. A Contratada realizará as referidas instalações as suas expensas, incluindo todos os custos com material, mão de obra, encargos fiscais, encargos trabalhistas, encargos com licenças e todos e quaisquer custos necessários à instalação dos referidos serviços até as áreas internas dos locais de instalações indicadas pela Contratante.

## **4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.11.1. A Contratada deverá garantir a disponibilização dos serviços 24 horas por dia, todos os dias do ano, incluindo finais de semana e feriados.

## **4.12. Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. Não se aplica.

## **4.13. Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. Não se aplica.

## **4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. Os serviços deverão ser disponibilizados de forma ininterrupta, devendo ser corrigidas as falhas observadas de acordo com a matriz de criticidade dos requisitos de manutenção.

## **4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.15.1. Não se aplica.

# **5. RESPONSABILIDADES**

## **5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

- a) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- b) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- c) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- d) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- e) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cujos criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- f) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- g) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- h) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- i) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- j) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- k) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - i. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - ii. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - iii. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- l) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- m) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- n) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- o) Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

- p) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- a) Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i) Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- j) executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- k) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- m) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- n) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- o) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- p) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- q) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- r) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- s) Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- t) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- u) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- v) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- w) Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- x) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- y) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- z) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- aa) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- ab) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais

como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

ac) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

ad) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica,

ae) normas e legislação;

af) Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

ag) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

ah) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Rotinas de Execução**

6.1.1. A compatibilidade dos serviços com as especificações deste Termo de Referência (e de seus anexos) será realizada no momento da assinatura do contrato.

6.1.2. A ativação dos serviços deverá ser realizada conforme condições estipuladas no item 4.5.3 a 4.5.5. deste Termo de Referência.

6.1.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

6.1.4. Eventuais manutenções ou reparos deverão ser realizadas, preferencialmente, no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, devendo ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada.

6.1.4.1. Situações excepcionais serão avaliadas pelo Fiscal do Contrato.

6.1.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.1.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN nº 01/2019 SGD/ME e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE, contendo em sua pauta, a apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da Contratada.

6.1.7. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar

e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

## **6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

- 6.2.1. Os serviços deverão ser fornecidos nos quantitativos estabelecidos nas tabelas constantes no item 2 deste Termo de Referência, em perfeito funcionamento e disponíveis 24/7, sendo que eventuais falhas deverão ser corrigidas conforme item 7.3 deste Termo de Referência.

## **6.3. Mecanismos formais de comunicação**

- 6.3.1. A contratada deverá manter um canal de comunicação telefônico via 0800 para abertura de chamados para manutenção, bem como um canal formal de contato com um consultor corporativo via telefone e e-mail para pós-venda e demais temas pertinentes ao contrato.
- 6.3.2. Ainda são definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, destinados ao consultor indicado pela CONTRATADA os seguintes:
- a) Ordem de Serviço;
  - b) Ata de Reunião;
  - c) Ofício;
  - d) Sistema de abertura de chamados; estabelecendo um canal técnico.
  - e) E-mails.

## **6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

- 6.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.4.2. O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

# **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

## **7.1. Critérios de Aceitação**

- 7.1.1. Serão aceitos para fins de emissão de Termo de Recebimento Provisório e Definitivo:
- a) aqueles serviços que se encontram em operação atendendo a finalidade de comunicação a que se destinam.
- 7.1.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço,

ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 7.1.2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

## **7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção**

- 7.2.1. Os serviços serão testados mediante grupo de chamadas de testes, originadas de um dos ramos de cada um dos 6 Acessos Digitais E1 para os cenários contratados.
- 7.2.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 7.2.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 7.2.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 7.2.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 7.2.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.2.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.2.4.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais de Instruções exigíveis.
- 7.2.4.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 7.2.4.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.2.4.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.2.4.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

- 7.2.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.2.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.2.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.2.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 7.2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 7.2.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### **7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

- 7.3.1. O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 7.3.1.1. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.
- 7.3.2. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima de 99,40% (noventa e nove por cento e quarenta centésimos) do tempo contratado.
- 7.3.3. Na hipótese de ocorrência de interrupção total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 8 (oito) horas para STFC.
- 7.3.4. A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato pela central de suporte, em caso de falhas nos serviços, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da Contratada.

### **7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para glosa no pagamento**

- 7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 7.4.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 7.4.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 7.4.1.5. cometer fraude fiscal.

- 7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 7.4.2.1. **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado e atinjam determinada pontuação conforme descrito nos itens 7.4.13 e 7.4.14 deste Termo de Referência;
- 7.4.2.2. **Multa**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretam prejuízos para o serviço contratado e atinjam determinada pontuação conforme descrito nos itens 7.4.13 e 7.4.14 deste Termo de Referência;
- 7.4.2.2.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.4.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.4.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 7.4.2.5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 7.4.2.6. As sanções previstas nos subitens 7.4.2.1, 7.4.2.3, 7.4.2.4. e 7.4.2.5. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.4.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.4.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.4.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.4.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 7.4.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 7.4.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.4.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.4.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.4.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.4.13. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

Ocorrência	Pontos
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências (por chamada não atendida)	0,3
Cobrança por serviços não prestados	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato	0,3
Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo de 15 dias úteis entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega física da Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, em arquivo eletrônico ou em papel (caso seja solicitado explicitamente pela CONTRATANTE), incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços registrados	1
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso	0,3
Deixar de informar e apresentar o preposto e seu substituto à CONTRATANTE em caráter definitivo ou temporário	0,3
Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação completa com o número chamado inferior a 70% dos casos (por evento).	1
Tentativas de originar chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (por evento)	1
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE	1

7.4.14. A cada registro de ocorrência será apurado o somatório da pontuação das ocorrências acumuladas no período de 6 meses anteriores ao fato gerador do serviço. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

<b>Pontuação acumulada</b>	<b>Sanção</b>
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 1% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 3% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 5% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 7% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
11 (onze) pontos	Multa correspondente a 9% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
12 (doze) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
13 (treze) pontos	Rescisão Unilateral do Contrato

7.4.15. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

## 7.5. Do Pagamento

- 7.5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura por e-mail designado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 7.5.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o Órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato (recebimento definitivo).
- 7.5.5. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.
- 7.5.6. Em hipótese alguma serão pagos serviços não contratados.
- 7.5.7. As faturas devem apresentar o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, com quebra de página, ou seja, o início do detalhamento de um novo ramal ou linha deve ser feito sempre em uma nova página.
- 7.5.8. A Nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.8.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.9. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) a data de apresentação;
  - d) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - e) o período de prestação dos serviços;
  - f) o valor a pagar; e
  - g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.5.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.5.11. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - a) não produziu os resultados acordados;
  - b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 7.5.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.5.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.5.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.5.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.5.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.5.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.5.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.5.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.5.19 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.5.20 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I=0,00016438 TX= Percentual da taxa anual = 6%.
----------	-------------------	--

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A partir das demandas das unidades, perfil de tráfego telefônico e do histórico da contratação atual e utilizando como fonte os preços praticados conforme relatório do Painel de Preços e Mapa Comparativo de Preços 26644259, os valores estimados são detalhados na tabela abaixo:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
				(R\$)	(R\$)	(R\$)
1	Fornecimento de assinatura mensal de acesso digital E1(30 canais), para entroncamento digital Padrão BNC, para Serviço Telefônico Fixo Comutado	Assinatura	6	266,10	1.596,60	19.159,20
2	Fornecimento de assinatura mensal de recurso DDR	Assinatura	6	89,05	534,30	6.411,60
3	Valor tarifário do minuto para chamadas locais, originadas (fixo-fixo)	Minuto	15.000	0,11	1.650,00	19.800,00
4	Valor tarifário do minuto para chamadas locais, originadas (fixo-móvel)	Minuto	6.500	0,54	3.510,00	42.120,00
5	Valor tarifário do minuto para chamadas originadas em Longa Distância Nacional para telefones fixos	Minuto	11.000	0,38	4.180,00	50.160,00
6	Valor tarifário do minuto para chamadas originadas em Longa Distância Nacional para telefones móveis	Minuto	1.700	0,45	765,00	9.180,00
7	Valor tarifário do minuto para chamadas originadas em Longa Distância Internacional para Telefones fixos ou Móveis	Minuto	1	2,37	2,37	28,44
VALORES TOTAIS					12.238,27	146.859,24

8.2. O valor médio mensal da contratação foi estimado em R\$ R\$ 12.238,27 (doze mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos), e anual de R\$ 146.859,24 (cento e quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

8.3. A estimativa de tráfego não se constitui em qualquer compromisso de consumo para a

Contratante.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

9.1. O impacto orçamentário na unidade gestora deve ser não maior que as estimativas, visto que se trata de valores máximos, e seus impactos estarão relacionados ao consumo em minutos de conversação, com recursos oriundos da unidade gestora.

## **10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, em mais 48 (quarenta e oito) meses, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a que os preços contratados representem vantagem para a Administração.

## **11. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

- 11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

12.1.1. O regime da execução dos contratos é a empreitada por preço unitário.

12.1.2. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

12.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços se baseia em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “serviço comum” conforme Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

12.1.4. As empresas prestadoras dos serviços constantes deste Termo de Referência deverão sujeitar-se às disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### **12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

12.1.1. Não se aplica.

### **12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

12.3.1. A empresa deverá possuir a Concessão, Permissão ou Autorização da Anatel, válidas, para o fornecimento dos serviços a que se propuserem a prestar, dentro da área geográfica onde se localizam os sítios do CONTRATANTE, conforme a definição do Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008.

12.3.2. Tal comprovação poderá ser feita através de extrato dos referidos documentos ou por publicação no DOU;

12.3.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **12.4 Critérios de Aceitabilidade de Preços**

12.4.1. Valor mensal máximo, conforme tabela deste Termo de Referência.

### 13. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

- 13.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Nº 22746810/2022-SR/PF/PR.
- 13.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

<b>Integrante Requisitante</b> <i>LUCIANO CASTILHO ASSUMPÇÃO</i> <i>ATE 12.685</i>	<b>Integrante Técnico</b> <i>GIULIANO SUCKOW</i> <i>ATE 12.637</i>	<b>Integrante Administrativo</b> <i>GLAUCO LÚCIO GONÇALVES LOPES</i> <i>PCF 21.973</i>

#### Autoridade Máxima da Área de TIC/ Aprovação da Autoridade Competente

**RIVALDO VENANCIO**  
*Delegado de Polícia Federal*  
*Superintendente Regional da PF no PR*